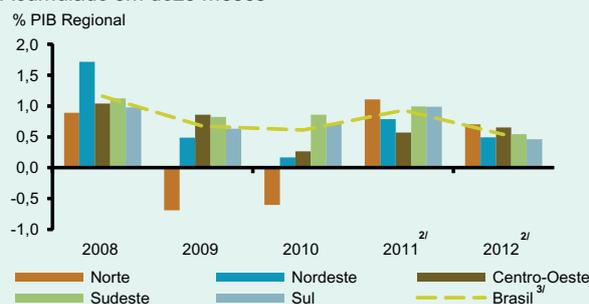


Evolução das Finanças dos Governos Regionais

Gráfico 1 – Governos regionais: *superavit* primário^{1/}

Acumulado em doze meses

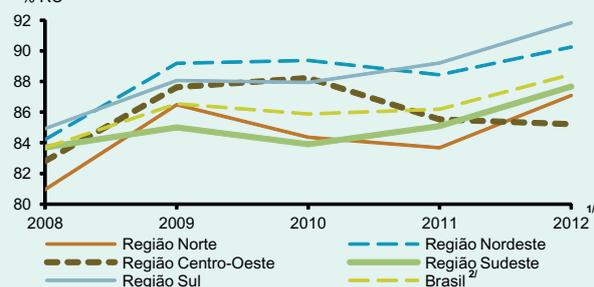


1/ (+) Superávit; (-) Déficit.

2/ PIB regional estimado.

3/ Resultado fiscal primário das regiões / PIB Nacional.

Gráfico 2 – Governos estaduais e de capitais: razão entre despesas correntes e receitas correntes (RC)

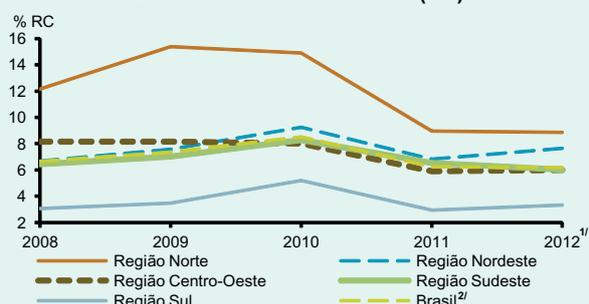


Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional.

1/ Últimos 12 meses disponíveis para cada Estado e/ou Capital.

2/ Despesas correntes / RC das regiões.

Gráfico 3 – Governos estaduais e de capitais: razão entre investimentos e receitas correntes (RC)



Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional.

1/ Últimos 12 meses disponíveis para cada Estado e/ou Capital.

2/ Investimentos / RC das regiões.

Este boxe considera as finanças regionais do país desagregadas por macrorregiões¹ e analisa as trajetórias dos respectivos resultado primário, serviço da dívida e endividamento. São apresentadas, ainda, estimativas para a margem de contratação de novas operações de crédito por região.

As trajetórias da relação entre o *superavit* primário e o Produto Interno Bruto (PIB)² referentes aos governos regionais encontram-se no Gráfico 1. Ressalte-se que o indicador registrou recuo generalizado em 2012, exceto no Centro-Oeste, onde aumentou 0,08 p.p., para 0,65%. A Região Norte registrou o maior *superavit* (0,71% do PIB) e a Região Sul, o menor (0,46% do PIB), resultado de variações anuais de 0,4 p.p. e 0,52 p.p.

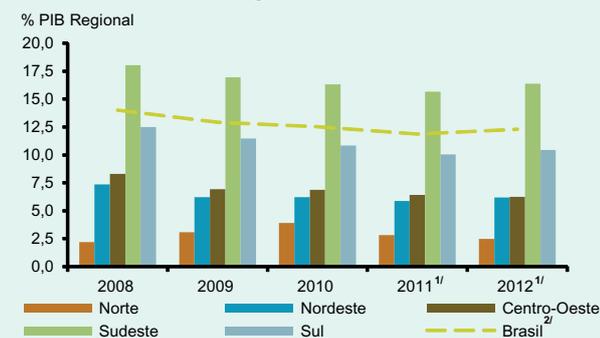
A relação entre despesas correntes e receitas correntes, inclusive transferências, dos estados e municípios de capitais, aumentou 2,3 p.p. em 2012, para 88,5%, conforme o Gráfico 2. O indicador aumentou em todas as regiões, exceto no Centro-Oeste, onde ocorreu recuo de 0,3 p.p., para 85,2%. As proporções mais elevadas registraram-se no Sul, 91,8%, e no Nordeste, 90,2%.

A razão entre as despesas com investimentos e as receitas correntes reduziu-se 0,05 p.p., para 6,2%, em 2012, atingindo o patamar mais elevado no Norte, 8,9%, e o mais reduzido no Sul, 3,3% (Gráfico 3).

1/ São considerados, em cada região, os governos estaduais, as respectivas capitais e uma amostra representativa dos demais municípios. O Boxe “Evolução das Finanças dos Governos Regionais”, publicado no Relatório de Inflação de março de 2013, analisa as finanças regionais de forma consolidada.

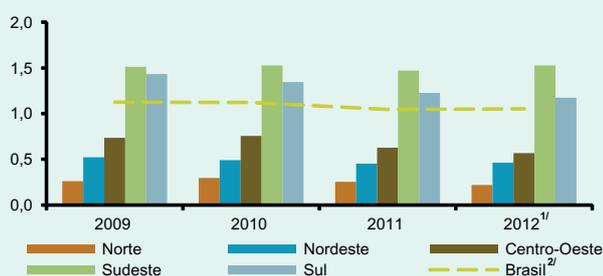
2/ A variação do Índice de Atividade Econômica Regional (IBCR) foi utilizado como proxy para o crescimento real do PIB em 2011 e 2012. Sobre o IBCR, vide Boxe do Boletim Regional de outubro de 2012 publicado pelo Banco Central do Brasil.

Gráfico 4 – Governos regionais: dívida líquida



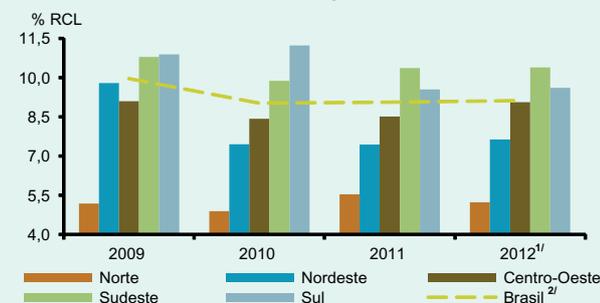
1/ PIB regional estimado.
2/ Dívida líquida das regiões / PIB Nacional.

Gráfico 5 – Governos estaduais: relação entre a dívida consolidada líquida e a receita corrente líquida



Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional
1/ Posição de ago/2012 para o Estado de Mato Grosso.
2/ DCL / RCL das regiões.

Gráfico 6 – Governos estaduais: relação entre o serviço da dívida e a receita corrente líquida



Fontes: Secretaria do Tesouro Nacional.
1/ Últimos 12 meses disponíveis para cada Estado.
2/ Serviço da dívida / RCL das regiões.

A trajetória recente da relação entre o endividamento líquido e o PIB encontra-se no Gráfico 4, ressaltando-se que o indicador relativo ao Sudeste registrou o maior aumento anual (0,7 p.p.) e atingiu 16,4% em 2012. Em oposição, ocorreram recuos anuais respectivos de 0,3 p.p. e 0,2 p.p.³ no Norte e no Centro-Oeste.

A análise da relação entre a Dívida Consolidada Líquida (DCL) e a Receita Corrente Líquida (RCL)⁴, no âmbito dos governos dos estados, revela que o indicador do Sudeste, repetindo a trajetória da razão entre a dívida líquida e o PIB, registrou, em 2012, a elevação mais acentuada entre todas as regiões, 1,53 p.p. (Gráfico 5).

Ainda considerando os governos estaduais, a relação entre as despesas com o serviço da dívida e a receita corrente líquida registrou, em 2012, valores mais elevados nas regiões Sudeste, 10,4%, e Sul, 9,6%, conforme o Gráfico 6. Ressalte-se que, para a contratação de novas operações de crédito, o comprometimento anual com o serviço da dívida das operações já contratadas e a contratar não pode ultrapassar 11,5% da receita corrente líquida⁵.

A composição do endividamento líquido dos governos regionais foi alterada ao longo dos últimos anos. Nesse sentido, as liberações líquidas de financiamentos junto à rede bancária e a organismos internacionais somaram R\$44,7 bilhões no quadriênio encerrado em 2012 (Gráfico 7), com ênfase nas contratações do Sudeste, R\$18,1 bilhões, e do Nordeste, R\$10,7 bilhões, que responderam, em conjunto, por 64,5% do total.

A estimativa da margem dos estados para endividamento, considerando as regras e limites para novas contratações estabelecidas pela legislação vigente⁶, revela que o Nordeste possui a margem mais ampla para contratação de novas operações, R\$23,2 bilhões, e o Centro-Oeste a menor, R\$4,9 bilhões, conforme o Gráfico 8.

3/ A relação entre o endividamento líquido e o PIB, considerados todos os estados e municípios brasileiros aumentou 0,35 p.p. em 2012, para 11,8%, conforme divulgado na Nota para a Imprensa – Política Fiscal.

4/ Os conceitos de DCL e de RCL encontram-se na Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000) e na Resolução nº 40/2001, do Senado Federal. A Resolução nº 40/2001 também estabelece o limite de endividamento.

5/ Resolução do Senado Federal nº 43/2001, art. 7º, inciso II.

6/ Simulação semelhante foi feita, de forma consolidada para todos os estados, no Boxe do Relatório de Inflação já citado. Para detalhes sobre os cálculos, ver aquele Boxe.

Gráfico 7 – Governos regionais: liberações líquidas de dívidas bancária e externa de 2009 a 2012

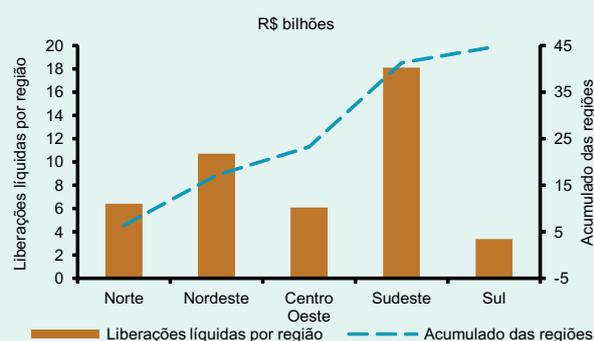


Gráfico 8 – Governos estaduais: simulação de limite para novas operações de crédito

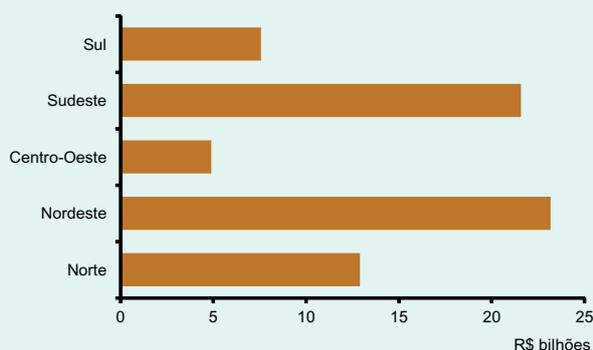
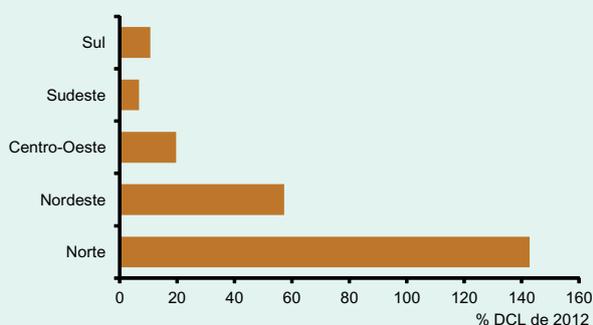


Gráfico 9 – Governos estaduais: simulação de limite para novas operações de crédito



1/ Posição de ago/12 para DCL do Estado de Mato Grosso.

Vale ressaltar que, em termos relativos, as Regiões Norte e Nordeste registram as margens mais elevadas para contratações de novos financiamentos, correspondentes a 143% e 57%, respectivamente, da DCL de dezembro de 2012 (Gráfico 9).

Em linhas gerais, a evolução recente das finanças regionais revela tendência de redução do *superavit* primário, em cenário de aumento de despesas correntes. Em relação ao endividamento, além da tendência recente de elevação, observa-se amplitude acentuada nas relações dívida/PIB regional e dívida/receitas líquidas das distintas regiões do país, com desdobramentos sobre as margens de contratação de novas operações de crédito, relativamente maiores nas Regiões Norte e Nordeste.